

# O USO DO FUTEBOL COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE

## THE USE OF FOOTBALL AS A CONTROL STRATEGY

Agnaldo KUPPER\*

**RESUMO:** O caso do futebol é emblemático. Faz-se necessário entender como o brasileiro apropriou-se do esporte, como que o tomando das camadas mais abastadas que o introduziram no país. Mesmo com as tentativas de coibição da prática, a apropriação se deu. Nas primeiras décadas do século XX, o movimento operário brasileiro postou-se de forma ruidosa. Apesar da ação repressiva governamental, a nascente burguesia industrial brasileira, inquieta diante das mobilizações sindicais proletárias, teria feito uso de mecanismos menos duros como apoiar e financiar o esporte que caíra nas graças operárias: o futebol.

**Palavras-chave:** Futebol; controle; movimento operário.

**ABSTRACT:** The case of football is emblematic. It is necessary to understand how the Brazilian seized the sport, as if taking it from the more affluent layers that introduced it in the country. Even with attempts to curb the practice, the appropriation has taken place. In the first decades of the twentieth century, the Brazilian labor movement was noisy. Despite the government's repressive action, the nascent Brazilian industrial bourgeoisie, worried about the proletarian trade union mobilizations, would have made use of less harsh mechanisms such as supporting and financing the sport that favored workers' graces: the soccer.

**Keywords:** Football; control; labor movement.

### *O futebol enquanto esporte*

Futebol, atletismo, remo, turfe, pugilismo. Eis alguns dos esportes originados na Inglaterra. A princípio, de caráter excludente, praticados por indivíduos das camadas sociais mais abastadas.

A popularização dos esportes acima citados – entre os quais o futebol que, em tempos contemporâneos, abandona progressivamente seu caráter recreativo para transformar-se em atividade vinculada ao consumo de massa – fundamenta-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas.

Não é de se estranhar o desenvolvimento do esporte moderno na linha trajetória do capitalismo em sua fase industrial: racionalização, padronização e cálculo de performance, acompanhando a transição para a vida de base urbano-industrial (competitiva, racional e marcada pela busca de eficiência), expressando a passagem para uma nova mentalidade social, enraizada entre membros sociais privilegiados (até pela

---

\* Professor; escritor; mestre e doutorando na área de História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Assis, Assis, SP, Brasil. E-mail: agnaldokupper2009@hotmail.com

disponibilidade de tempo livre entre membros das elites sociais), mas depois internalizada entre os trabalhadores (até como forma de reforço às mentalidades dos segmentos sociais dominadores).

Foi nos anos finais do século XVIII, com a consolidação do parlamentarismo e a Revolução Industrial, representando a vitória do capitalismo na sociedade inglesa, que começaram a ocorrer mudanças no jogo da bola. Aos dirigentes da aristocracia interessava reformular a educação então dominante no país e valorizar o cristianismo atlético, visão voltada para ampliar a fibra moral das elites inglesas.

O futebol, esporte que vinculava disciplina e solidariedade, serviria ao propósito. Porém, praticado sem regras claras, recebia críticas e propiciava resistências. De acordo com Alvito (ALVITO, 2014, p.27):

Mesmo no seio da classe trabalhadora havia aqueles que consideravam que o jogo era algo promovido pela elite local como um tipo de paternalismo que encorajava os trabalhadores a se comportar de modo pouco respeitável (...) A parcela mais bem remunerada da classe trabalhadora, sobretudo, começou a se dedicar a outros lazeres, como a leitura, a dança, os passeios, os parques e a jardinagem. Isso mostra que estava havendo uma mudança na sociedade no sentido de uma pacificação dos costumes, embora as diferenças de comportamentos entre as classes ainda fossem muito significativas.

Em 26 de outubro de 1863, surgiu o chamado football association (futebol moderno), quando representantes de onze clubes e escolas reuniram-se e fundaram a Football Association, em Londres (acredita-se que o número de onze jogadores tenha sido definido a partir dos onze representantes reunidos). Neste mesmo ano, o futebol foi codificado em apenas quatorze regras (atualmente, são dezessete), tornadas públicas em livros e cartilhas distribuídas pelo país, como uma forma de controle sobre as emoções. Como as discussões mantinham-se, necessária a introdução de um árbitro. Decidiu-se, ainda, que os jogos deveriam ser decididos por gols, com prorrogações até que houvesse desempate (NORONHA, 1975, p.27).

Ao que consta, as regras do futebol vinculam-se ao parlamentarismo, onde o poder não está concentrado apenas em um indivíduo, mas é dividido entre setores sociais rivais, o que exige negociação e revezamento dos grupos através de leis, porém com regras de conduta e participação.

Berço da produção industrial, o futebol significa trabalho em equipe, diferenciando a fábrica moderna da produção familiar artesanal. Pelo menos nas primeiras fases revolucionárias industriais, um jogador de futebol - assim como um trabalhador -

possuía funções específicas relacionadas ao time em que atuava (ou fábrica, caso do operário), devendo, assim, especializar-se em uma posição (ou na linha de montagem).

Eric Hobsbawn (HOBSBAWN, 1987, p.284) identifica no incentivo à prática do futebol entre os operários uma forma sutil de esvaziamento da luta sindical, ao afirmar que:

(...) O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo — na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava com uma das metades —, City ou United, Forest ou Country, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. (...) o futebol tornou-se o tópico principal da conversa social no bar, uma espécie de língua franca das relações sociais entre os homens, ele tornou-se parte do universo de todos os operários.

Aposto, ainda, para a proliferação dos esportes modernos (caso, em especial, do futebol) fatores como o nacionalismo, interesses científicos e a cultura de massa. Porém, o destaque à popularização do futebol também deve ser atribuído à facilidade de praticá-lo.

O futebol association foi trazido para o Brasil (especificamente, São Paulo) por Charles Miller (1874-1953), filho de pai escocês e mãe brasileira de ascendência inglesa, nascido na rua Monsenhor Andrade, no bairro paulistano do Brás, que teria contado com o auxílio do professor alemão Hans Noibiling (que fundou na cidade de São Paulo o Germânia, atual Pinheiros). Oscar Cox (1889-1947), que havia estudado na Suíça, teria levado a prática ao Rio de Janeiro, sendo um dos fundadores do Fluminense Football Club. Porém, pairam dúvidas a respeito da introdução do futebol moderno no Brasil.

Suponho que cada cidade brasileira apresentou um grau próprio de exposição ao futebol, dependendo da presença de britânicos e suas empresas (fixas ou passageiras, caso do comércio portuário), assim como o grau de presença dos mesmos em determinada região do Brasil. Seja como for, os ingleses foram os agentes que demonstraram a prática futebolística, apontando-a como uma novidade esportiva. Tal grau de exposição dependeria, em última análise, da presença fixa de ingleses (empresas atuantes) ou de passagem (comércio portuário, por exemplo). Neste caso, a cidade de São Paulo revelase como destaque. Vale salientar Milton Santos, para quem: "(...) a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar; esse urbano que em outros lugares pode tardar a chegar e que em São Paulo sempre chegou quase imediatamente" (SANTOS, 1974, p.71) .

É nesse cenário que o futebol, até então esporte das elites sociais, popularizou-se, não só, mas, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro.

## *O encontro do futebol com a vida política operária brasileira*

A visão da historiografia de que a vida operária resumia-se à fábrica e ao sindicato esteve equivocada por muitos anos, muito provavelmente por não perceber a existência de outros espaços de atuação dos trabalhadores. Segundo Hobsbawn (HOBSBAWN, 2000, p.259),

Em parte, isto se deve aos próprios historiadores do movimento operário, que tendiam a concentrar-se sobre os estudos da ideologia, dos programas e organizações associadas ao movimento da classe operária, e sobre a história de suas lutas e atividades de massa mais visíveis. (...) Entretanto (exceto em momentos ocasionais), o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos não era o mesmo mundo da maioria.

Pois bem, o mundo operário, particularmente no Brasil, não se resume a lutas e exploração. Amplia-se para o cotidiano e para as tensões e relaxamentos diários, onde a vida também foi e é compartilhada.

A ascensão da República no Brasil, a partir de 1889, não alterou o quadro econômico do país, que se manteve agrário-exportador, porém, a partir de então, baseado no trabalho livre nas fazendas de café. Embora a população brasileira mantinha-se predominantemente rural, a imigração passava a ser vista como aspecto da modernização pelo qual supostamente passava o país. Assim como o crescimento industrial em cidades como São Paulo.

A transição de um Brasil rural para um país urbano trouxe novos hábitos sociais. Entre eles, o futebol, como visão do moderno, da sociabilidade e práticas higienistas tão propaladas no período.

À medida que o processo industrial avançou no país, associações de resistência procuraram organizar os trabalhadores em torno da luta pela defesa de seus interesses materiais e morais ameaçados pela exploração do trabalho.

De acordo com o Recenseamento Industrial de 1907, existiam três mil quatrocentos e dez estabelecimentos industriais no Brasil, ocupando pouco mais de cento e cinquenta e seis mil operários, responsáveis por uma produção avaliada em setecentos e sessenta mil contos. O Rio de Janeiro aparecia como o maior centro fabril do país, com 30% da produção total e empregando 24% do operariado brasileiro, seguido de São Paulo, com 16,5%, sendo que neste Estado 46% das fábricas e 63% da população operária concentrava-se na capital; os outros 37% da população operária paulista espalhavam-se

por cidades como Santos, Jundiaí, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itu, Tatuí, São Bernardo do Campo, Taubaté, entre outras (SIMÃO, 1966, p.23). Ou seja, a capital paulista comportava cento e cinquenta e quatro empresas das trezentas e vinte e seis instaladas no Estado inteiro (47,24% das empresas do Estado) e 13.314 operários (de um total de 24.186 do Estado). O restante (pouco mais de 50%) dividia-se entre os Estados do Rio Grande do Sul (7%), Minas Gerais (4%), Paraná, Pernambuco, Bahia e outros (SINGER, 1968, p.320-328).

Percebendo o perigo que representava à estabilidade produtiva a politização de trabalhadores, em 1907 foi aprovada a Lei de Expulsão de Estrangeiros, que passou a autorizar a expulsão do país de todo imigrante envolvido em movimentos sociais. O objetivo maior era o de atingir lideranças anarquistas, em especial italianas e espanholas.

No interior das fábricas, a disciplina era rigorosa, não só quanto aos horários. Erros insignificantes acarretavam multas. Algumas fábricas utilizavam-se da aplicação de castigos corporais a menores aprendizes.

À medida que o processo de industrialização avançava em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o antagonismo entre burguesia e proletariado industrial engrandecia. Passaram a surgir associações demonstradoras da obtenção progressiva de consciência do proletariado em formação (sindicatos, ligas, partidos, uniões operárias, entre outras), lapidados em ideias pela experiência de imigrantes estrangeiros, com as ligas ou associações de resistência organizando os trabalhadores na luta por melhores condições. Como muitos dos estrangeiros provinham de regiões do sul do Velho Mundo, contaminadas por fortes ideias anarquistas, não é de se estranhar que tais ideologias passassem a prevalecer sobre as lutas trabalhistas. Os representantes desses grupos mantiveram uma imprensa sindical atuante.

O sindicalismo brasileiro, no primeiro quartel do século XX, embora mostrando instabilidades, foi precursor como instrumento da organização operária, gerando certa aflição à burguesia industrial.

Em 09 de junho de 1917, iniciou-se uma onda de greves que paralisou São Paulo e várias indústrias do interior do Estado. A paralisação de quatrocentos dos pouco mais de mil e trezentos operários do Cotonifício Crespi, localizado no bairro da Mooca, generalizou-se no dia 29, com os trabalhadores exigindo aumento de 20% nos salários. Nos dias seguintes, aderiram ao movimento a Companhia Antartica Paulista, a Fábrica de Tecidos Ipiranga, a Fábrica de Tecidos Mariângela, entre outras. A morte do sapateiro anarquista José Martinez, em 9 de julho (com apenas 21 anos de idade), acirrou ainda mais ao ânimos.

Porém, novos movimentos de greve ocorreram em São Paulo, Porto Alegre, Salvador (1919) e Rio de Janeiro (1918). Exigia-se jornada de oito horas/dia (posteriormente concedida pelos industriais).

O pensamento libertário foi influenciador direto das paralisações operárias deflagradas em São Paulo (1917 e 1919) e no Rio de Janeiro (1918), mesmo existindo a oposição e a repressão sistemática do Estado à ideologia. Em São Paulo, a influência anarquista sobre os trabalhadores mostrava-se maior, até porque a população da cidade se apresentava mais homogênea e com uma classe operária mais encorpada.

### *Futebol Operário*

Para Antunes (ANTUNES, 1994, p.104) foi no ambiente das fábricas que o futebol ganhou corpo e estrutura, com os trabalhadores, na busca de lazer, criando soluções para praticar o esporte:

Inúmeros clubes surgiram de partidas de futebol improvisadas na rua ou no pátio da fábrica, durante o intervalo para o almoço. Aos poucos, a brincadeira ia ganhando organização. Como muita gente queria participar, os times começaram a ser formados no interior de cada seção de uma mesma indústria. Com o crescimento do número de times, mais partidas iam sendo realizadas, aumentando o tempo do jogo. Logo, só o intervalo para o almoço já não bastava. Estendeu-se, então, a atividade para os fins de semana.

No Rio de Janeiro, foi criada, em 1892, a Companhia Progresso que, em sua trajetória, conheceu algumas greves que a paralisaram: em 1894, 1896 e em 1903 (paralisação esta que atingiu outras fábricas do Rio de Janeiro – reclamatória da alta jornada de trabalho imposta aos trabalhadores e por melhores salários – e que envolveu dezoito mil e setecentos trabalhadores da capital federal<sup>1</sup>). No caso específico da Companhia Progresso, a paralisação de 1903 teve motivos próprios, além dos comuns aos demais trabalhadores: diminuição salarial, elevação dos aluguéis das casas que formavam a Vila Operária local (que chegou a ter trezentas residências erguidas como forma de abatimento na incidência de impostos), atrasos salariais, elevação dos preços dos gêneros alimentícios comercializados localmente por negociantes estabelecidos com autorização da empresa, já que o bairro de Bangu mostrava-se como uma espécie de “fábrica-fazenda”, distante do centro do Rio de Janeiro.

Por ocasião da greve de 1903, o diretor-presidente da Companhia, o luso Eduardo Gomes Ferreira, pediu exoneração do cargo em 17 de Agosto do mesmo ano. Desta forma, foi elevado á condição de diretor-gerente interino da Companhia Progresso o tesoureiro

espanhol João Ferrer, que adotou um estilo paternalista ao procurar criar um espírito solidário entre os diversos trabalhadores do empreendimento.

Com Ferrer na direção, os mestres têxteis ingleses foram atendidos em uma antiga reivindicação: a fundação de um clube de futebol, nos moldes do existente em seu país de origem.

Ferrer entendeu que o futebol (ainda uma novidade no Brasil), poderia servir para unir os trabalhadores da Companhia.

Por ocasião do surgimento do Bangu Athletic Club (primeiro clube de fábrica do Brasil), em 17 de Abril de 1904, reuniram-se dez chefes de seções empresa (oito ingleses, um italiano e um português). A princípio, poucos empregados foram aceitos no novo clube, prevalecendo os funcionários especializados de origem estrangeira e sua disposição para o lazer. Mas a princípio.

O Bangu distingue-se de outros clubes do Rio de Janeiro por ser o precursor da democratização do acesso às práticas futebolísticas, por ter sido o primeiro time operário do Rio de Janeiro, por ter dado aos jogadores-operários privilégios (abono de faltas e garantia de emprego, por exemplo), por receber por parte da diretoria certo paternalismo da Companhia Progresso e por iniciar a subordinação à vigilância das ações operárias, demonstrando a dependência e o interesse dos trabalhadores em fazer parte de uma “elite operária”.

Com a apreciação contínua da prática, a direção da fábrica Bangu passou a conceder privilégios aos bons jogadores-operários, como trabalho mais leve, promoções e licenças especiais para treinamentos. Aos poucos, o futebol do Bangu tornou-se mais famoso que a fábrica em si. Desta forma, muitos jovens passaram a ser admitidos mais pela habilidade futebolística do que pela capacidade de trabalho. Porém, o clube ampliou-se, assim como foram ampliadas as atividades, que passaram a dedicar-se não apenas ao futebol. Segundo o Jornal do Commercio, a Fábrica Bangu deixava, ao conceder benfeitorias a seus trabalhadores “(...) homens, mulheres e crianças alegres, satisfeitas de sua sorte porque nada lhes falta: o médico, a farmácia, a escola, as diversões, o conforto”<sup>2</sup>.

Em 1906, Ferrer cedeu um campo de futebol ao Bangu AC num terreno da fábrica para que a associação disputasse o Primeiro Campeonato Carioca. No mesmo ano, construiu um teatro que foi doado à Sociedade Musical Progresso de Bangu (Casino Bangu).

Por ocasião da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, decidiu-se por uma campanha por oito horas de trabalho. Bangu, com seus 1651 trabalhadores, não abraçou a causa. Para o dia do Congresso, 01 de Maio, Ferrer

promoveu a inauguração de um jardim na Fábrica Bangu, seguida de um jogo de futebol entre o Bangu e o Esperança<sup>3</sup>. Segundo o editorial do Jornal Gazeta de Notícias, na maior fábrica do Rio de Janeiro, os operários não tinham nada a reivindicar, mas a agradecer.

Os Estatutos do Bangu AC apontaram ser dever dos sócios “(...) a condução com a máxima correção quando uniformizados ou com o distintivo do club e quando estiverem no recinto deste. Os sócios serão censurados pela diretoria; na reincidência, suspensos ou eliminados.”<sup>4</sup>

O futebol serviu, sim, para unir operários da Fábrica Bangu, mas não parece ter gerado uma consciência de classe. O Artigo 50 dos Estatutos do Bangu AC de 1915 desqualificava tal propósito ao prever ser “(...) expressamente proibidas, no recinto do club, as discussões de caráter político, religioso ou de nacionalidade.”<sup>5</sup>

O Bangu AC fez “escola”.

Para Cláudio Batalha (BATALHA, 2004, p.114), entre as indústrias têxteis “os clubes transformaram-se em mais um dos mecanismos de controle da empresa sobre seus empregados”.

Muitas associações de futebol passaram a ter em seus quadros membros das diretorias das unidades produtivas, até como forma de se obter auxílio financeiro em caso de necessidade. Tê-los também era uma forma de se obter legitimidade dos clubes e seus sócios junto às autoridades policiais (BRETAS, 1997, p.27), da mesma forma que a ação, ao que consta, diminuía a distância e as contradições entre empregados e empregadores.

Paulatinamente, ao ver o futebol ganhar apreço entre populares, propagandas industriais e de ambientes de comércio passaram a ser veiculadas pela mídia (leia-se jornais) utilizando o esporte enquanto tema. A estratégia, claro, era a de atrair a atenção através de ações que agradavam os torcedores-consumidores. Muitas casas comerciais cariocas passaram a auxiliar o football através da promoção de jogos, doação de taças e reserva de espaço em lojas e mercados para exposição de uniformes esportivos das equipes locais. Afinal, colaborar com o esporte permitia a determinada empresa construir uma boa imagem, passando a visão aos consumidores de que em seu interior havia a preocupação com a saúde física e emocional dos adeptos do esporte.

Para muitos operários, no entanto, o apoio dado pelos diretores de fábricas (caso do Bangu) era visto como uma dádiva recebida. Porém, tais diretores exigiam relatórios que indicassem as aplicações, gastos e atividades desenvolvidas, controlando o desenvolvimento de tais agremiações esportivas. Tal controle estendeu-se a outras associações subsidiadas por fábricas em outros pontos do país, caso de São Paulo.

As iniciativas da Companhia Progresso (Bangu AC) de apoio ao futebol entre seus colaboradores teriam sido seguidas por outras companhias têxteis da cidade do Rio de Janeiro: Companhia de Fiação e Tecidos Carioca (Carioca Football Club, 1907), Fábrica Cruzeiro (Andarahy Athletic Club, 1909), Companhia Brazil Industrial (Paracambi Football Club, 1912), Companhia Confiança Industrial (Confiança Atlético Clube, 1915) e Fábrica Mavilis (Mavilis Football Club, 1915, em alusão às iniciais de Manuel Vicente Lisboa, um dos diretores da Companhia América Fabril e grande incentivador do esporte entre os funcionários da empresa).

Da mesma forma que no Rio de Janeiro, em São Paulo o futebol passou a ser incorporado a diversas instituições fabris, caso do Juta Sant'Anna Football Club, que foi estruturado por funcionários da Companhia Nacional de Tecidos Juta (Fábrica Juta Sant'Anna) na década de 1910 no bairro do Brás. O time recebeu, de acordo com seus relatórios, total apoio da empresa, tais como suporte financeiro para a constituição de seu campo e sede, além de subsídios para manutenção. A Fábrica produzia sacarias (sacas) para armazenamento de café. Seu crescimento acompanhou a produção e comercialização do produto e pertenceu a Jorge Street que, a partir da Fábrica Sant'Anna (adquirida em 1904), formou a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, em 1908.

Jorge Street, dono da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), no bairro Belenzinho, seguiu os passos da Companhia Progresso Industrial do Brazil, erguendo, entre 1911 e 1917, a Vila Maria Zélia para seus operários. Tudo indica que suas intenções eram as mesmas de outros centros produtivos.

Já o Santa Marina Football Club (atual Santa Marina Atlético Clube) foi fundado em agosto de 1913 por trabalhadores da Companhia Vidraria Santa Maria, estruturada a partir da iniciativa de empresários portugueses e italianos, devotos de Santa Marina.

A sede do Santa Marina Football Club teve terreno doado pela Companhia e localizou-se na Vila operária da empresa (casas estruturadas para abrigar seus trabalhadores), quando trabalhadores se reuniram para a estruturação de um clube, em 1909. Sua primeira diretoria teve como presidente José Bonelli. O apoio à prática do futebol teria sido dado, inicialmente, por Antonio Prado, membro da família que comandava a Companhia e ex-prefeito de São Paulo.

Em São Paulo, os clubes da Light não foram diferentes de outros criados nas fábricas, mas sua tendência era a de descentralizar as atividades esportivas entre seus colaboradores, não chegando a estabelecer um modelo padrão a ser seguido por suas associações esportivas. Desta forma, formaram-se pequenos e diversos núcleos recreativos entre as diversas seções e departamentos do conglomerado. Companhias

como a The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited e The São Paulo Gaz Company também incentivaram o futebol entre seus funcionários, chegando mesmo a ceder terrenos para a edificação de campos para a prática e sedes administrativas e recreativas.

Segundo relatórios anuais, a Light auxiliava a SELC na manutenção de suas atividades e de sua sede social e esportiva. Entre seus membros (sócios e jogadores), havia integrantes da União dos Trabalhadores da Light, entidade filiada à Federação Operária de São Paulo (FOSP), que publicava o jornal O Trabalhador da Light e organizava comemorações ao Primeiro de Maio.

Talvez mais do que agirem como mecenas, industriais tenham sido induzidos a financiá-lo. Desta forma, surgiram agremiações como o Votorantim Athletic Club, fundado a partir da iniciativa de engenheiros e técnicos ingleses que, nas horas de folga, praticavam o esporte (QUERIDO, 1996, p.1). Não demorou para sócios italianos do Votorantim Athletic Club formarem um segundo time, o Savóia Team que, com o tempo, substituiu o Votorantim e passou a agregar o clube dos empregados da Fábrica de Tecidos Votorantim. A empresa fornecia todo o material para a prática para os times montados nas seções de mecânica, transportes, tecelagem e tecelagem, tais como uniformes e bolas. O Votorantim Athletic Club tornou-se o time oficial da fábrica, enquanto o Sport Club Savoia atuou na várzea da cidade.

Investimentos no futebol também cresciam no interior paulista.

Visando ter controle sobre o lazer operário, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro fundou na cidade de Rio Claro, em 1896, o Grêmio Recreativo dos Empregados da empresa. Oficialmente (de acordo com os estatutos da agremiação) o objetivo era de proporcionar aos associados atividades musicais, de dança e arte, além da difusão de esportes amadores. Os documentos estatutários do Grêmio, no entanto, apontam para a proibição dos sócios na promoção e práticas de caráter religioso ou político. A partir da agremiação, em 09 de Maio de 1909, foi fundado o Rio Claro Football Club. Seus idealizadores foram funcionários do alto escalão da Companhia (Beto Estevam de Siqueira, João Lambach e Constantino Carrocine) e o professor Joaquim Arnold (praticante do esporte, campeão paulista pelo Germânia no ano de 1906). O pesquisador Tonini, ao estudar a história e desenvolvimento do clube, acrescenta que em 29 de abril de 1914 os dirigentes do Rio Claro FC solicitaram ao Grêmio autorização para realizarem treinamentos de futebol em suas instalações (TONINI, 2014, p.380). A partir do estabelecimento das relações entre o Grêmio e o Rio Claro Futebol Clube, os

dirigentes da Companhia Paulista passaram a colaborar mais intensamente com as duas agremiações, aproximando-as em definitivo. Para a realização das partidas de futebol, a empresa passou a fornecer material esportivo e mesmo a liberação de ferroviários à prática do futebol. Em 1931, o Rio Claro FC, com apoio da Companhia de Estradas e através de Francisco Penteado Júnior, membro de tradicional família do município e presidente do clube, conseguiu ter seu estádio, erguido em estilo inglês.

Iniciativa idêntica da Companhia Paulista de Estradas de Ferro seu deu com a criação, em 17 de Maio de 1909 (apenas oito dias após a criação do Rio Claro Futebol Clube), do Paulista Futebol Clube de Jundiaí.

Em 1910, na cidade de Bauru, foi fundado o Sport Club Noroeste, com apoio da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (que iniciou seus trabalhos na região em 1904). A análise dos seus estatutos nos leva à conclusão que o modelo e intenções da empresa foram os mesmos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Da mesma forma que ocorreu com o Rio Claro e o Paulista de Jundiaí, o Noroeste teve entre seus primeiros diretores personalidades que ocupavam altos cargos na CEFN do Brasil, tal como o primeiro presidente do clube, o engenheiro Carlos Gomes Nogueira.

Recorrer a personalidades, fábricas e empresas para a formação de agremiações de futebol passou a ser comum nos vários municípios do interior paulista. Para os praticantes, apoio. Para personalidades, fábricas e empresas, estar vinculado a uma agremiação de futebol, tal seu desenvolvimento e popularização no Brasil, parecia interessante do ponto de vista de reconhecimento, promoção e mesmo controle sobre o lazer dos trabalhadores.

A análise histórica da formação de clubes de futebol no interior paulista demonstra o que desejo comprovar. Foi o caso da fundação de clubes como o Jaboticabal Atlético (30 de abril de 1911), quando um grupo de jovens se reuniu na sede do jornal O Combate para tratar da formação de uma entidade esportiva no município. Para a estruturação da agremiação (que também teve o tênis como modalidade), foram procuradas personalidades de posse da cidade, como Robert Todd Locke, engenheiro canadense residente no município e que coordenou medição de terras para loteamento na região, que veio a se tornar o primeiro presidente do clube.

A análise da ata de fundação do Comercial Futebol Club de Ribeirão Preto, datada de 10 de outubro de 1911, permite concluir que as intenções de um grupo de comerciantes da cidade foi o de alavancar seus negócios a partir do futebol – modalidade que ganhava espaço no Estado de São Paulo – além de ter controle sobre seus associados, em especial

trabalhadores locais. Entre as propostas da nova agremiação paulista estavam, segundo seu estatuto: a) a mensalidade e as joias seriam de mil réis cada (baixas para atrair interessados); b) os considerados sócios-fundadores terão isenção das joias e mensalidades; c) a aceitação ou expulsão de sócios seriam de responsabilidade da diretoria (em itens subliminares, a possibilidade de exclusão de manifestantes políticos ou associados a entidades “subversivas”); d) isenção ou abono de mensalidades de sócios desempregados ou enfermos (impossibilitados de trabalhar) durante tal período (desde que não se associassem a entidades promotoras de manifestações políticas).

Os mesmos passos seguiram clubes como a Associação Atlética Francana (Franca, 1912), o Rio Branco Esporte Clube (Americana, 1913), o São José Futebol Clube (São José dos Campos, 1913), o Esporte Clube São Bento (Sorocaba, 1913; importante observar que o clube se estruturou a partir do Club Athletico Chapeleiros, mantido a partir da fábrica de chapéus Souza Pereira e que, com a extinção do Chapeleiros, integrantes organizaram a nova agremiação com apoio da fábrica de arreios Ferreira e Cia.), a Associação Atlética Internacional de Limeira (1913; vale observar que seu estatuto determinava que o associado deveria ser “disciplinado, sob possibilidade de expulsão da agremiação”), o Esporte Clube XV de Novembro (1913, Piracicaba; seu primeiro presidente foi o cirurgião dentista e capitão da Guarda Nacional – que existiu entre 1831 e 1922 – Carlos Wingeter), o Esporte Clube Taubaté (1914; emergiu por iniciativa da Associação Comercial local, interessada em incentivar o futebol, além da principal modalidade da cidade à época que era o ciclismo), o Jabaquara Atlético Clube (Santos, 1914, mas que foi batizado como Hespanha Football Club por ser originário de imigrantes europeus, em especial espanhóis), o União Agrícola Barbarense Futebol Clube (Santa Bárbara do Oeste, 1914, por iniciativa de fazendeiros da região), o Nacional Atlético Clube (São Paulo, 1919; ligado à São Paulo Railway Limited e, portanto, subsidiado por esta), o Rio Preto Esporte Clube (São José do Rio Preto, 1919, que, em sua estruturação contou com o apoio de personalidades de grande influência política e social da cidade, caso de seu primeiro presidente, Belmiro José Gomes, maçom, funcionário público, jornalista e comerciante e que foi proprietário dos jornais O Porvir, A Cidade e A Ordem e um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial da cidade, e de Gilberto Lex, farmacêutico e político local de grande influência), o Radium Futebol Clube (1920, Mococa; o nome é uma homenagem à Madame Curie e o clube foi estruturado a partir do apoio de comerciantes e industriais da região), o Comercial Futebol Clube (1920, Tietê; foi estruturado com apoio de comerciantes do município como João Ferreira Alves,

doador do terreno onde foi erguida a sede da agremiação) e a Associação Portuguesa de Desportos (1920, São Paulo, apoiada por comerciantes lusos da cidade).

Em 1924, na capital paulista, nasceu o Clube Atlético Juventus. Tanto o Juventus quanto o Bangu carioca teriam se tornado, com o tempo, mais famosos que as próprias fábricas. No ano seguinte, 1925, Rodolfo Crespi cedeu ao seu clube de fábrica amplo terreno situado à Alameda Javry, n. 117 (atual rua Javari). O local, até então utilizado como cocheira de cavalos, passou a servir à prática do futebol entre seus colaboradores.

No primeiro quartel do século XX, tornaram-se frequentes campeonatos internos em municípios de São Paulo com nomes de fábricas, indício do patrocínio dado pelas mesmas para a organização e viabilização de equipes operárias, o que, além de ser uma forma de divulgação do nome das empresas protetoras (assim como de seus produtos) promoveu de forma crescente a popularização de atividades esportivas (caso do futebol). Ou seja, para o empregador, uma forma de representação da fábrica e interferência/disciplina no tempo do colaborador (controle sobre o tempo livre dos trabalhadores), além de passar a visão de uma empresa vencedora e propaganda de seus produtos. Já para o trabalhador, os objetivos eram outros, como de crescimento e reconhecimento por parte da fábrica, além de ganhos pessoais e possibilidades de lazer. No entanto, um objetivo pouco explícito: retirar os operários das discussões e organizações sindicais. Ou seja, ao assumirem o papel de mantenedores dos clubes esportivos, empresários acentuaram a dependência dos trabalhadores em relação a eles, sendo que o controle sobre tais colaboradores não ficou restrito à fábrica, mas à vida privada dos mesmos, incluindo moradia e lazer (fora dos limites da linha de produção). No entanto, vale destacar um objetivo pouco explícito: retirar os operários das discussões e organizações sindicais.

Nos anos 1920, difícil apontar uma indústria da capital paulista que não tivesse um time ou um clube de futebol. Apenas para ficarmos em São Paulo, podemos mencionar mais alguns clubes que continuaram ligados a empresas: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F.C., Associação Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C., Aniagem Paulista, Bloco Paraíba F.C., Matarazzo, além dos grêmios das companhias inglesas como a São Paulo Railway, Gas Company e Light & Power.

O estímulo ao lazer para os operários pode – como acredito que o fez – evitar contestações às condições de trabalho oferecidas por várias empresas por proporcionar aos jogadores operários melhores condições do que aos demais operários.

Em muitos clubes ligados a empresas o operário-jogador estava impedido de associar-se aos sindicatos. Porém, não se pode afirmar que o controle foi total.

Os patrocínios sempre foram bem-aceitos pelos trabalhadores, numa espécie de vontade de manutenção de dependência, característica que, arrisco a afirmar, é bem própria de boa parte dos brasileiros. No entanto, Decca (DECCA, 1987, p.42), em seus estudos, aborda sobre formas de como as elites industriais e os poderes públicos, lançando mão de diversos dispositivos de coerção e repressão, buscaram se inserir nesse cotidiano dos trabalhadores, apontando aos trabalhadores uma série de práticas sociais e conhecimentos próprios que se tornaram pontos de resistência às incursões dos empresários no cotidiano operário.

Joel Rufino aponta que os empresários, ao promoverem o futebol no interior das fábricas, procuraram criar um elemento disciplinador através da prática: “(...) como uma criança que manda brincar para queimar energias, mandados jogar futebol” (RUFINO, 1981, P.22).

Em diversos estatutos das associações esportivas do primeiro quartel do século XX analisados consta a proibição de discussões políticas, sindicais ou religiosas. O artigo 74 dos estatutos dos Lanifícios Minerva (Rio de Janeiro), de 1921, por exemplo, estipulava que seria “vedado ao club envolver-se em manifestações e atos de caráter político” e que os sócios estariam “impedidos de tratar de assuntos políticos na sede social”<sup>6</sup>. Tais dispositivos demonstram os compromissos entre os subsidiados e patrocinadores dos clubes como uma forma de se evitar a participação dos integrantes das agremiações em greves e movimentos reivindicatórios, passando a imagem de uma relação amigável entre patrões e empregados.

### *Considerações Finais*

O futebol emergiu elitista. Na Primeira República (1889-1930), popularizou-se espetacularmente, acompanhando as transformações brasileiras, em especial a partir da década de 1910, participando da vida operária intensamente, seja lúdica, seja politicamente. Ao engendrar-se na vida do brasileiro, o futebol passou a expressar uma riqueza simbólica e a própria sociedade brasileira em determinado momento histórico, mostrando-se presente nos grandes embates e debates do país. Ao identificar-se como popular, o futebol teria trazido ao brasileiro a possibilidade de jogar através de normas e regras, algo inusitado a um ser que, culturalmente, envolvia-se em brigas que normalmente não acabavam bem.

O futebol de fábrica surgiu como passatempo. Aos poucos, outros interesses brotaram, com empresários descobrindo na prática a possibilidade de se obter disciplina, controle sobre o tempo dos trabalhadores das fábricas, cerceamento sobre as atividades dos trabalhadores nos sindicatos, valorização de seus produtos e artigos, visualização positiva da empresa, além da imagem de que se preocupava com a condição física e de lazer de seus trabalhadores. A busca de patrocinadores para a prática – caso dos primeiros clubes operários que buscaram no patrão subsídios – também aponta para uma tendência do brasileiro: a de se sentir protegido e depender de quem considera superior.

Levando-se em consideração que a prática do futebol seja disciplinadora, os clubes operários estruturados a partir das fábricas reproduziram a dominação existente no interior do ambiente produtivo. Ou seja, oferecer subsídios a um clube de futebol operário de forma assistencialista e com interesses disciplinadores, foi uma forma encontrada por empresários de esvaziar movimentos reivindicatórios e controlar a vida dos trabalhadores. Mas, de certa forma, estruturaram uma resistência à dominação imposta pelo cotidiano, afinal, creio, a ação humana não deve ser vista apenas sobre as relações de produção. Se assim, não restaria qualquer manifestação de autonomia humana.

Patrocinados pelas direções fabris, as mesmas exigiam certo retorno dos investimentos, fiscalizando atividades as atividades através de balancetes e relatórios. Uma forma de controle. Com isto, os operários tinham papel secundário na organização e direção dos clubes formados, já que regimentos internos e estatutos eram elaborados, estabelecendo direitos e deveres aos associados.

Para os trabalhadores, não só a diversão, mas a possibilidade de ascensão na fábrica a cargos mais elevados e melhor remunerados.

Patrocinar um clube passou a significar a criação de amizade com os colaboradores, o que teria contribuído para a desmobilização da luta sindical ao reforçar a identidade trabalhador-fábrica. E o fenômeno não se limitou ao futebol, uma vez que os diversos clubes passaram a promover encontros dançantes, concursos de beleza e bailes carnavalescos. Mais do que uma cultura operária, uma cultura fabril. Uma espécie de “coronelismo esportivo” que diminuía a distância dos empresários em relação aos seus operários.

É provável que inúmeros clubes de fábrica tenham surgido de simples “bate-bolas”, ou seja, de partidas de futebol improvisadas, disputadas na rua ou no pátio da fábrica durante o intervalo para o almoço entre aqueles trabalhadores que se dispusessem a jogá-lo. Certo, no entanto, que, aos poucos, a brincadeira foi ganhando maior organização. Com muitos trabalhadores querendo participar, os times começaram a ser

formados no interior de cada seção de uma mesma fábrica. Com o crescimento do número de equipes, um maior número de partidas passou a ser realizado.

O incremento das atividades de clubes passou a requerer um aprimoramento organizacional. Em cada unidade fabril incentivadora do esporte, foi estruturada uma diretoria, cujos membros tinham por função gerenciar as atividades do grêmio. A tendência era de que esses diretores fossem recrutados dentre os membros dos próprios quadros burocráticos da empresa como chefes, diretores e gerentes. Também passou a se comum o(s) dono(s) da fábrica ou altos funcionários ocuparem posições de destaque na burocracia do time, como, por exemplo, “presidente de honra”, em sinal do “reconhecimento dos sócios” pelos serviços prestados ao clube.

Com tantos clubes e jogos, o avanço do futebol e sua apreciação popular passou a receber destaque maior junto à imprensa brasileira, tornando-se esta parceira da proliferação do esporte (LOVISOLO, 2001, p.77).

Joel Rufino, ao contextualizar a popularização do futebol, afirma que tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro a febre pela prática teria sido resultado direto da intervenção dos patrões e do poder público já que a emergência das greves operárias de 1917 teria feito “ver às autoridades industriais que a cidade precisava de um esporte de massas, como uma criança que se manda brincar para queimar energias” (RUFINO, 1981, p.22b). Por esta visão, os operários teriam sido incentivados a “jogar bola”, já que a prática disciplinaria a produção, o que indica ter sido o futebol utilizado como um instrumento de controle das populações urbanas nas primeiras décadas do século XX.

Na mesma linha de raciocínio, Herschmann e Lerner (HERSCHMANN & LERNER, 1993, P.35-60) elaboraram contexto que nos permite compreender que o esforço para recuperar o controle e harmonizar a produção após as greves articuladas a partir de 1917, teria no jogo um poderoso aliado, fazendo do futebol um eficiente elemento disciplinador utilizado pelos patrões. No entanto, não se pode desconsiderar que recorrer à fábrica enquanto entidade financiadora ou colaboradora tornou-se uma forma de manutenção da atividade futebolística até porque os valores de contribuição fornecidos pelos praticantes às agremiações formadas eram irrisórios, o que os fez recorrer comumente à direção das fábricas, que passaram a subsidiar a atividade, como cessão de terreno e construção das sedes sociais dos clubes, além do pagamento de aluguel, energia elétrica, uniformes, chuteiras, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores, entre outros. Por outro lado, promoção e sucesso do futebol exaltava a empresa e seus produtos no mercado, ou seja, a prática servia como veículo publicitário da organização capitalista.

Times operários pressupõem identidade entre os participantes de vida semelhante (trabalhadores), portanto, explorados pelo sistema. Neste sentido, a presença da fábrica (através do financiamento para aquisição de equipamentos, presença de diretores da empresa na estrutura administrativa do clube, nome da agremiação, fornecimento de campo pra a prática, entre outros) indica uma interferência reguladora, ferindo resistências e autonomia, inclusive sobre ações políticas dos trabalhadores (greves e luta sindical).

## Referências

- ANTUNES, Fátima M. *O futebol nas fábricas*. Revista USP, SP, Dossiê Futebol, n.22, 1994
- ALVITO, A. *A rainha de chuteiras: um ano de futebol na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014
- BATALHA, Cláudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro*. In: Cláudio H. M. Batalha; Fernando T. da Silva; Alexandre Fortes (Orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004
- BRETAS, Marcos Luís. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque*. RJ: Diadorim, 1993
- HOBBSAWN, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- LOVISOLO, Hugo R. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001
- NORONHA, Sérgio (org.). *Almanaque dos esportes – 1975*. RJ: Rio Gráfica, 1975
- QUERIDO, Homero. Votorantim resgata a história de seu futebol, um dos mais antigos do Brasil. Mais Cruzeiro. Votorantim. Ano II, n. 119, 23 de março de 1986
- RUFINO, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec. 1994
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. SP: Dominus (USP), 1966.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, Edusp, 1968
- TONINI, M. D. *Nos trilhos da bola: a relação entre ferrovia e futebol na cidade de Rio Claro*. In: J. R. Sotero e M. T. A. Campos (Orgs.). *Futebol Amador e Varzeano em Rio Claro*. Rio Claro: Panda Pix, 2014

---

<sup>1</sup> Jornal O Paiz, 22 de Agosto de 1903, p. 2

<sup>2</sup> Jornal do Commercio, 12 de Junho de 1906, p. 1

<sup>3</sup> Jornal Gazeta de Notícias, 05 de Maio de 1906

---

<sup>4</sup> Estatutos do Bangu AC aprovados em Assembleia Geral realizada em 20 de Abril de 1915, p. 3

<sup>5</sup> Estatutos do Bangu AC, 1915, p. 10

<sup>6</sup> Arquivo Nacional, SPDF, IJ – 759

Enviado em 03 de agosto de 2018 e aceito em 29 de abril de 2019